

EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO POLÍTICA DE SEUS FUNDAMENTOS

Hamilton Lopes Loures

Resumo: Essa pesquisa foi motivada, principalmente, pela diferente abordagem dada ao assunto empreendedorismo, pois o apresenta não como grande parte dos estudos disponíveis - com visão complacente aos autores contemporâneos, abordando o assunto geralmente como fator promotor de desenvolvimento econômico e social; mas com um olhar crítico quanto à implementação de políticas públicas. Pelo método de pesquisa bibliográfica, foi fundamentado que nos anos 90, a “cultura do empreendedorismo” teria sido implantada como pano de fundo para propagar a ideia de que “ser o próprio patrão” seria a solução para o desemprego e a grande oportunidade de melhoria de vida. De forma mascarada, a máquina estatal isentava-se, desse modo, de grande parcela de culpa na incapacidade de resolver as políticas de responsabilidade social. Conclui-se que a disseminação dos valores do empreendedorismo, que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso econômico, amplia o grau de vulnerabilidade que os trabalhadores empobrecidos já estão expostos e obscurece as alternativas concretas de mudanças estruturais, que possam efetivamente beneficiar esses trabalhadores.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Economia; Política.

Abstract: This research was motivated mainly by the different approach given the subject entrepreneurship, because does not present as much of the available studies - with complacent vision to contemporary authors, addressing the subject generally as promoting factor of economic and social development; but with a critical eye on the implementation of public policies. By the method of literature, it was based that in the 90s, the "culture of entrepreneurship" would have been implemented as a backdrop to propagate the idea that "being your own boss" would be the solution to unemployment and the greatest opportunity for improvement life. Masked way, the state machine is exempted, thus large share of blame in the failure to address the social responsibility policies. It is concluded that the spread of entrepreneurship values, which transfers to the individual responsibility for their success or economic failure, increases the degree of vulnerability that impoverished workers are now exposed and obscures the real alternatives of structural changes, which can effectively benefit from these workers.

Keywords: Entrepreneurship; Economy; Policy.

Introdução

A palavra empreendedor designa principalmente atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como: marketing, produção, organização, etc. (FILION, 1999).

Sobre o empreendedor, Filion (1999) acredita que a definição do termo será uma busca perpétua e define o empreendedor como:

[...] uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION, 1999, p.19).

Apesar de os estudos terem origem na economia, atualmente ganharam magnitude em outras áreas, com visões diferenciadas que muito influenciam a conceituação do tema. Como pode ser verificado no Quadro 1, a partir da década de 80, observa-se um interesse maior das ciências humanas e administrativas.

Área de estudo	Visão
Economistas	Os empreendedores estão associados à inovação e são forças direcionadoras de desenvolvimento.
Comportamentalistas	Atribuem aos empreendedores características como criatividade, persistência, internalidade e liderança.
Engenheiros e afins	Empreendedores são bons distribuidores e coordenadores de recursos.
Especialistas em Finanças	Empreendedores são pessoas capazes de calcular e medir riscos.
Especialistas em Gerenciamento	Empreendedores são organizadores competentes e visionários que se destacam em organizar e fazer uso de recursos.
Área de Marketing	Pessoas que identificam oportunidades se diferenciam dos outros e possuem o pensamento voltado para o consumidor.

Quadro 1: Comparativo da visão sobre o empreendedor

Fonte: Filion (1999, 9.12)

Muitos autores voltam seus esforços no sentido de definir o empreendedorismo apenas voltado à abertura de uma nova empresa, porém, tal perspectiva não foi aqui aprofundada, mas sim, a conceituação do tema com base num corte temporal (década de 1990) cujo contexto econômico e político foram cruciais para a perpetuação de uma ideologia.

Desemprego e informalidade: o ambiente favorável ao discurso do empreendedorismo

Na abordagem de Lima (2008), a difusão do empreendedorismo junto aos trabalhadores na década de 1990 só foi possível em razão de um ambiente favorável ao discurso empreendedor, ou seja, altos índices de desemprego e informalidade do mercado de trabalho. O discurso técnico colocado foi que “ser empreendedor” envolveria uma simples mudança de comportamento e aprendizado de estudos de mercado e de cálculos seriam suficientes para mudar a condição social dos desempregados.

A adoção de políticas neoliberais para o trabalho na década de 1990 provocou no Brasil a elevação do desemprego e a acentuação da informalidade no mercado de trabalho, dilapidando direitos sociais e trabalhistas. (POCHMANN, 2001). Nesta ofensiva neoliberal nas políticas de trabalho, um dos remédios prescritos foi a transferência exclusiva da responsabilidade pela trajetória ocupacional para o indivíduo e, nesta concepção, o trabalhador seria responsável pela sua inserção econômica.

O ambiente de desemprego, considerado como inevitável, representava uma necessária ampliação da competitividade no mercado de trabalho. Os “riscos sociais” produzidos por este ambiente poderiam ser minimizados com uma nova mentalidade e um novo comportamento do indivíduo, nesta lógica, novos conceitos como empregabilidade e empreendedorismo foram introduzidos.

Pelo conceito de empregabilidade “cada um passa a ser responsável por obter os requisitos que farão dele um trabalhador em condições de ser empregado e de auferir boa renda”, por meio da participação permanente em processos educacionais e formativos que ampliem as chances de sobrevivência na luta pelos empregos disponíveis. (KRUPPA, 2005, p. 24).

Com a diminuição desses empregos disponíveis, o fomento à empregabilidade seria insuficiente, sendo necessário, segundo o receituário neoliberal, o estímulo ao desenvolvimento do indivíduo empreendedor pelo incentivo ao empreendedorismo. Desta forma, o trabalhador proporcionaria sua própria inserção econômica por intermédio do desenvolvimento de novos mercados e da criação de empresas.

Os conceitos de empregabilidade e empreendedorismo foram amplamente difundidos, mas na década de 1990, com a elevação do desemprego e a acentuação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, o empreendedorismo adequou seu discurso e credenciou-se como alternativa de inclusão social.

O empreendedorismo, mesmo sendo componente das recomendações de natureza neoliberal, de forma conveniente, associou a diminuição dos empregos disponíveis e a ampliação da economia informal com a necessidade de despertar o “espírito empreendedor” nos desempregados e trabalhadores informais, para que estes deixassem a condição de “excluídos” e se tornassem “incluídos” na nova ordem econômica mundial. Esta conversão em alternativa de geração de trabalho e renda permitiu ao empreendedorismo construir um ambiente favorável para sua disseminação e consolidação.

A agenda neoliberal foi consolidada no Brasil, a partir de 1994, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na Presidência da República, a partir de 1995. Seu governo voltou-se para a “conquista e a manutenção da estabilidade macroeconômica”, promoveu um ajuste que abriu a economia à competição internacional, visando ao aumento da produtividade e adoção de métodos modernos de produção.

A promessa foi modernizar o parque produtivo e gerar mais e melhores postos de trabalho, adotando um programa de liberalização produtiva, financeira e comercial, com o discurso de criar um ambiente favorável ao crescimento sustentável.

Para Edward Amadeo - Ministro do Trabalho e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do primeiro Governo FHC, um dos pontos fundamentais para justificar esta estratégia era que o crescimento da produtividade do trabalho, em especial no setor industrial, apesar de manter em baixa a geração de novas vagas, produziria ganhos à sociedade ao permitir a produção de bens de melhor qualidade, empregando menos recursos, reduzindo custos de produção e, conseqüentemente, o preço final do produto seria menor, permitindo a incorporação de uma grande quantidade de consumidores ao mercado.

Nesta análise, Amadeo desconsiderava o fato de que “o aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho” (Singer, 1998, p. 119). Apesar da ampla mobilização do Governo Federal em relação à formação e qualificação profissional não foi suficiente para reverter as tendências de crescimento do desemprego.

Conforme os dados apresentados, a prática não comprova que o treinamento profissional dos trabalhadores menos qualificados seria uma solução ao desemprego, apenas

confirma as soluções neoliberais de responsabilização do indivíduo pela sua trajetória ocupacional (POCHMANN, 2001, Pág. 171).

Na década de 1990, o ambiente de desemprego introduzido no Brasil pelas políticas neoliberais, gerou uma das principais formas de exclusão social, a exclusão do emprego formal, na qual os jovens, as mulheres e os trabalhadores acima de 40 anos, são os segmentos populacionais mais atingidos e favoreceu a instauração de um ambiente de informalidade no mundo do trabalho.

A incapacidade do setor formal de gerar empregos com a garantia de direitos, foi absorvida pelo setor informal pelos empregos assalariados não registrados e trabalhadores autônomos exercendo atividades por conta própria em condições precárias.

No Brasil, a “nova questão social”, resultado desse contexto de desemprego e informalidade no mercado de trabalho obrigou diversas forças sociais, sobretudo nas Regiões Metropolitanas que se viram assoladas pelo aumento expressivo do número de trabalhadores desempregados ou por conta própria expostos à exclusão social, a debater e apresentar propostas sobre a geração de trabalho e renda. (GAIGER, 1999, p. 9).

A seguir, analisaremos como o ambiente de desemprego e de informalidade que suscita uma “nova questão social”, foi transformado, na visão neoliberal, em um ambiente favorável ao discurso do empreendedorismo.

O ambiente favorável ao empreendedorismo

Fundamentada na proposta de habilitar os trabalhadores vitimados pelo desemprego, ganhou espaço a ideia de que, por meio de programas de formação, seria possível agregar em projetos de geração de trabalho e renda, trabalhadores que estavam dispersos em atividades de subsistência econômica, visando ao fortalecimento de sua capacidade produtiva, para que esses trabalhadores acumulassem recursos materiais e psicológicos que resgatassem sua autoconfiança e dignidade.

No debate, a discussão envolveu governos de todas as esferas e a sociedade civil, mas isso não gerou necessariamente um consenso no diagnóstico das causas do desemprego e da informalidade, nem muito menos das alternativas socioeconômicas que pudessem incluir os trabalhadores.

Se por um lado permitiu o aparecimento de experiências de políticas compensatórias ou de resistência e reação, a partir dos próprios trabalhadores - pelas de experiências de economia solidária; por outro lado, também permitiu o reforço do discurso neoliberal da época, por meio da proposição de alternativas fundamentadas na doutrina individualista, “onde o centro da vida humana se encontra na ação do indivíduo, naturalmente livre, e não na coletividade ou no Estado”. (SANDRONI, 1999, p.299).

Os individualistas veem todas as instituições que se propõem a proteger o trabalhador contra os riscos de vida e riscos econômicos como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego e, portanto, como fator de agravamento da exclusão social. Destarte, além de defender medidas que reforcem a acumulação de capital humano, aquilo que mais exigem é o desmantelamento das instituições de bem-estar social e a desregulamentação do mercado de trabalho. (SINGER, 1998, p. 59).

Na visão neoliberal, o desemprego e a informalidade seriam oportunidades para o desenvolvimento e consolidação do empreendedorismo, por intermédio do desenvolvimento da mentalidade e do comportamento do indivíduo empreendedor, que permitiria uma expansão da atividade econômica e a redução do desemprego, com a criação de novas empresas apoiadas em um segmento empresarial de pequeno porte.

A defesa do empreendedorismo não foi uma ação localizada em determinado país, mas foi componente da globalização do modelo neoliberal, reforçada por agências multilaterais, como o Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, da Organização das Nações Unidas – ONU.

O Banco Mundial em seu Relatório “Globalização, crescimento e pobreza: a nova onda da globalização e seus efeitos econômicos”, publicado em 2002, reconhece que a globalização gerou países “perdedores” e “ganhadores”, defendeu que seria necessário reduzir e amortecer o impacto negativo do processo de reforma, a fim de integrar as economias dos países “perdedores” ao restante do mundo.

Considerando a “necessidade de proporcionar assistência social adequada ao mercado de trabalho mais dinâmico em uma economia aberta”, o Banco Mundial propôs para os “perdedores” um programa de ação visando a construir uma economia mundial de inclusão, destacando o incentivo ao empreendedorismo como forma complementar às demais iniciativas de “amparo social”, segundo o Banco:

Isso é importante para ajudar individualmente os trabalhadores que sofrerão perdas no curto prazo por causa da abertura da economia, como também para criar uma base social sólida sobre qual as famílias – especialmente as mais pobres – se sintam confortáveis para correr riscos e desenvolver o empreendedorismo. (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 210).

O Banco Mundial, ao considerar que a ajuda aos trabalhadores deve ser um processo individual, reforça a idéia de que a mudança social e a econômica dependem da mudança da mentalidade e do comportamento do indivíduo. Como as perdas são inevitáveis, o empreendedorismo precisa ser desenvolvido por meio de ações que visem a confortar os pobres, no sentido de consolar com palavras, recompensas, promessas, etc. e não com projetos de redistribuição de renda que signifique diminuição de exploração do trabalho e do lucro do capital. Os pobres na visão do Banco Mundial precisam ser encorajados a correr riscos e poderem assim contribuir no desenvolvimento econômico de maneira ativa com base em uma postura empreendedora, postura esta, resultado de uma mudança individual de mentalidade e comportamento.

O Relatório mantém o enfoque no indivíduo empreendedor e atribui-lhe o poder de reduzir a pobreza em suas comunidades e nações, por este ser oriundo do setor privado. As bases e os pilares do empreendedorismo são descritos, mas o Relatório considera que eles normalmente são inexistentes e, ainda, estão por se construir nos países.

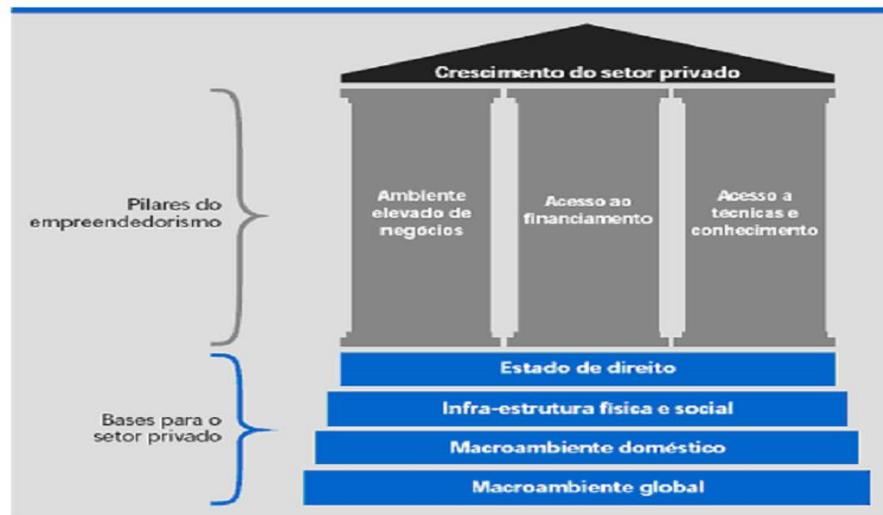


Figura 1: Bases do Setor Privado e Pilares do Empreendedorismo

Fonte: PNUD – Relatório “Desencadeando o Empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres” – 2004

A figura 1, extraída do Relatório, mostra as “bases” do setor privado que sustentam os “pilares” do empreendedorismo, que por sua vez sustentam o crescimento do setor privado, configurando na visão do Relatório a estrutura necessária para o combate à pobreza.

As bases do setor privado são: o macroambiente global, o macroambiente doméstico, a infraestrutura física e social e o estado de direito. A base de um macroambiente global adequado prevê um bom funcionamento do ambiente macroeconômico, com o envolvimento de uma economia global dinâmica que abasteça os mercados e promova regras adequadas de comércio, permitindo o acesso competitivo às oportunidades do mercado. Desta forma, o desenvolvimento do setor privado é estimulado pela livre circulação de mercadorias, de capital e de informação, além da transferência de tecnologias e ideias.

No Relatório citado, os elementos centrais de um macroambiente doméstico incluem, do ponto de vista das empresas: paz e estabilidade política, boa governança com previsibilidade das políticas públicas, transparência e responsabilização e políticas macroeconômicas relevantes. Sem estes elementos centrais, os custos e as incertezas aumentam para as empresas, desencorajando os investimentos domésticos e estrangeiros.

Na infraestrutura física e social adequada estão inclusos estradas, energia, portos, saneamento e telecomunicações, assim como educação básica e saúde. Segundo o Relatório (2004, p.15), “a construção desses serviços básicos tem duplo benefício: melhora a vida das pessoas pobres diretamente e possibilita o crescimento dos negócios”.

O estado de direito é o último elemento apontado no Relatório como base de sustentação do setor privado. Por ele as decisões governamentais são tomadas de acordo com leis e regras estabelecidas e são seguidas por todos os cidadãos. Se manifestam no setor privado, pela legislação comercial, leis sobre consumo e contratos, dentre outras. Nessas, existem sistemas legais contraditórios e confusos que tornam complexas as práticas de negócio e pressionam as empresas a tornarem-se ou permanecerem informais.

Ambiente nivelado de negócios, acesso a financiamentos, conhecimentos e habilidades, são os três pilares do empreendedorismo que, segundo o Relatório (2004, p.17), mesmo tendo bases macroeconômicas e institucionais sólidas, são fatores adicionais indispensáveis para que o “*empreendedorismo e o setor privado floresçam*”. O ambiente de negócio nivelado é um ambiente com regras “justas, impostas com justiça”, são regras previsíveis para entrada, operação, distribuição e saída do mercado, que assegurem o acesso livre dos empreendedores a mercados e uma atividade empresarial eficiente.

O acesso a financiamentos é fundamental para o fortalecimento do empreendedorismo e do setor privado, com base no próprio investimento doméstico oriundo da poupança interna, e “isso requer instituições financeiras nacionais que administrem eficientemente o risco e aloquem o capital em investimentos produtivos”. (2004, p.20).

O acesso a técnicas e conhecimento completa a tríade de pilares do empreendedorismo. Neste aspecto, o Relatório é enfático ao afirmar que o crescimento econômico sustentável está vinculado ao capital humano, que pode determinar o potencial de crescimento e de sobrevivência de uma empresa. Segundo o Relatório, o capital humano é composto pela capacidade de empreendedorismo, conhecimento técnico e gerencial, habilidade, educação e adaptabilidade de seus funcionários, e são os elementos fundamentais que determinam a vantagem competitiva das empresas.

Empreendedorismo e o discurso da conversão dos trabalhadores em indivíduos empreendedores

Como já analisamos, no Brasil na década de 1990 diante dos altos índices de desemprego e informalidade no mercado de trabalho, o empreendedorismo adequou seu discurso apresentando-se como alternativa de inclusão social e construiu um ambiente favorável a sua disseminação.

O discurso do empreendedorismo foi massificado baseado na disseminação da necessidade de despertar o “espírito empreendedor” ou de valorizar este “espírito” já presente na sociedade brasileira, inclusive entre os trabalhadores desempregados e informais.

A materialização do discurso do empreendedorismo ocorreu na defesa da micro e pequena empresa ou empresa familiar, como elemento central do desenvolvimento econômico. Isto proporcionou um canal para aceitação pública, já que as micros e as pequenas empresas e a empresa familiar compõem um segmento empresarial de pequeno porte que, segundo Ana Maria R. Carrão: “são usualmente lembradas como potenciais geradoras de oportunidades de trabalho e como espaço privilegiado para inovação e criatividade”. (CARRÃO, 2004, p. 87).

Para Carrão (2004), existe ainda muita polêmica no debate sobre o papel das empresas de pequeno porte como geradoras de emprego, mas é uma discussão que vem ganhando campo no plano das políticas públicas, assim como, na esfera acadêmica.

A mitificação do empreendedorismo

Dolabela (1999) através da “síndrome do empregado” desqualifica de forma categórica a expectativa dos trabalhadores em relação ao trabalho assalariado, com o objetivo de implementar uma nova estrutura de valores baseada no indivíduo empreendedor.

Nesta perspectiva, a desqualificação da condição assalariada em nome da livre competição entre os indivíduos, além de taxar na sociedade de acomodados os trabalhadores desempregados que anseiam por um trabalho assalariado, embute uma manifestação contrária aos direitos sociais garantidos na legislação do trabalho aos trabalhadores assalariados.

Segundo Lima (2008), a transformação da necessidade em motivação para empreender pareceu uma forma de mitificar o empreendedorismo para transformá-lo, ao mesmo tempo, em proposta de política social conservadora que buscou compensar os danos do modelo de acumulação capitalista flexível sem modificá-lo e, também, para manter vivo o pensamento neoliberal como hegemônico na sociedade.

A mitificação do empreendedorismo é uma ameaça aos trabalhadores desempregados e informais, na medida que confere atributos atraentes e exagerados a uma proposta, visando a mascarar os efeitos nefastos da globalização capitalista que gera “perdedores”.

A defesa do empreendedorismo como alternativa aos “perdedores” da globalização, mostra a intenção de propagar a mensagem que trabalhadores desempregados e informais são desajustados que precisam se ajustar e que “ganhadores” são empreendedores dispostos a “correr riscos”. Nesta perspectiva, a globalização econômica não seria um problema e o empreendedorismo seria um caminho de ajustamento à nova realidade.

A motivação para empreender, elemento que mitifica o empreendedorismo, exige e promove a ideia de mudança de comportamento de quem está na condição de empreendedor por necessidade, seu incentivo é uma “solução capitalista” ao desemprego e a informalidade, na qual, “tudo deve ser feito para incentivar o pobre a ajudar a si mesmo para sair da pobreza, trabalhando duro, mantendo-se sóbrio e cultivando hábitos de autodisciplina, economia, calculismo e, assim por diante”. (SINGER, 1998, p. 61).

No processo de mitificação do empreendedorismo é necessário primeiro condenar tudo que é contrário ao comportamento empreendedor, para depois dizer qual o comportamento ideal. Os empreendedores de sucesso são considerados a base para que os empreendedores por necessidade possam aprender a agir, adotando comportamentos e atitudes empreendedoras adequadas. Os candidatos a empreendedor devem identificar as características que seu futuro trabalho irá exigir e avaliar seu potencial em relação a elas. Mitificado, o empreendedorismo precisou ser difundido de forma massiva, assim, os processos educativos e formativos utilizados na formação de empresários tornaram-se programas de educação social difundindo o “aprender a empreender”.

O desemprego e a informalidade no mercado de trabalho no Brasil foram fundamentais para que no Brasil se criasse um ambiente favorável à difusão do empreendedorismo como política social, mas o ambiente favorável não seria suficiente para que a “cultura empreendedora”, de forma espontânea, se enraizasse na sociedade.

Revolução ou conservação?

Em seu discurso, o empreendedorismo é propagado como algo novo, resultado de uma suposta concepção moderna que responderia aos atuais desafios sociais no campo do trabalho e do desenvolvimento.

Uma citação do autor norte-americano Jeffrey Timmons no livro “O Segredo de Luisa” de Fernando Dolabela - considerado no Brasil um best-seller na área do empreendedorismo, ilustra esta estratégia da novidade: “Segundo Timmons, o Empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20”. (DOLABELA, 1999, p. 29)

Outros autores brasileiros, como Dornelas, ressaltam que o empreendedorismo sempre foi importante na sociedade, mas em razão da velocidade do avanço tecnológico é necessário um número maior de empreendedores, assim:

[...] o momento atual pode ser chamado de a era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade. (DORNELAS, 2001, p. 21).

Manifestações como “revolução silenciosa” e “era do empreendedorismo”, buscam omitir do empreendedorismo sua origem baseada na concepção individualista, fundamentado na competição e na desigualdade para apresentá-lo, como uma novidade.

O empreendedorismo não traz nenhuma novidade, apenas reflete a ideologia dominante, entendida aqui como um conjunto de valores e crenças que visam a manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes. (MOTTA, 1984).

Os valores e crenças do empreendedorismo reproduzem a mesma visão conservadora norte-americana que se tornou predominante a partir da década de 1980, que responsabiliza os indivíduos pela sua condição de vida, em razão de seu comportamento e seus valores.

A culpabilização das pessoas que se encontram em condições socioeconômicas precárias, parte da premissa que esta situação é um problema das próprias pessoas, “fruto de sua própria e única (ir) responsabilidade”. Nesta concepção conservadora, de origem norte-americana, a desorganização pessoal é o principal motivo para que ocorra a desvinculação do padrão social vigente, e a superação desta condição só será possível com base no individualismo e na competição.

Privilegiando componentes culturais e comportamentais, o empreendedorismo deixou de lado as dimensões estruturais dos problemas e propôs a adoção da “cultura empreendedora” como forma de converter os trabalhadores em empreendedores. Desta forma, a “cultura empreendedora” é composta de valores e crenças que visam apenas conservar a atual ordem social e econômica, ocultando sua origem e vínculo com a ideologia dominante.

Motta (1984) argumenta que esta ideologia dominante para se concretizar assume o aspecto de um “espetáculo”. Com o objetivo de chamar e prender a atenção, o espetáculo estimula a procura do impossível, distanciando cada vez mais as pessoas de si mesmas, onde “toda a vida humana é afirmada apenas como aparência”.

Para o autor, a ideologia como “espetáculo” impõe-se por meio da mercadoria que funciona como seu instrumento, e seu fetichismo está na promessa de vida e de prazer que ela traz consigo, que não a traz apenas em si mesma, mas também em sua embalagem atraente. Portanto, materializa-se de duas formas, no empreendedor de sucesso e na empresa capitalista.

O empreendedor de sucesso sintetiza a pessoa livre e criativa, e a empresa capitalista, o modelo de organização social que promove o desenvolvimento.

A aquisição de hábitos e comportamentos como forma de ajuste ao mercado de trabalho é uma das ferramentas que o capital tem usado historicamente, de forma repetitiva, para ajustar a mão de obra disponível a seus interesses. Assim a “educação empreendedora” também não seria uma novidade, já que sua origem remete à Teoria do Capital Humano.

[...] a Teoria do Capital Humano de Theodore W. Shultz e Gary Backer, que, baseados nos mesmos princípios da Teoria Marginalista, ficaram famosos nos anos 50 e 60. Esses autores, analisando o crescimento econômico dos países desenvolvidos, afirmaram a existência de um capital não-material, distinguindo, como modalidades, o capital físico e o capital humano e considerando o investimento em capital humano um dos fatores explicativos para o crescimento vultoso que criou a sociedade de abundância no pós-guerra. Por essa teoria, ao longo do século 20, especialmente os trabalhadores, transformaram-se em capitalistas de si próprios, ao investirem e/ou procurarem aumentar sua escolaridade e/ou competência para produzir, com maior eficiência e produtividade, obtendo com isso maiores ganhos, num tempo relativamente curto. Por essa teoria, a escolaridade é ativa, mas também qualitativa, pela agregação de valores de produtividade que cada um deve buscar para si próprio. (KRUPPA, 2005 p.24).

O futuro promissor, porém, depende da mudança de hábitos e comportamentos. Assim o empreendedorismo define a forma de aquisição de suas mercadorias, por meio de processos formativos e educativos.

A vinculação do empreendedorismo com a Teoria do Capital Humano é explicitada na necessidade de uma “educação empreendedora” para o desenvolvimento do indivíduo empreendedor. O empreendedorismo recoloca a Teoria do Capital Humano mas com uma novidade: ter conhecimentos e habilidades não trazem garantias de inserção, apenas ampliam sua chance de competição como empreendedor.

Os riscos para os trabalhadores pobres

Neste momento, queremos demonstrar que o empreendedorismo não é um fenômeno isolado, mas produto das transformações do capital que reflete a ideologia neoliberal dominante e representa o avanço do “projeto de sociabilidade neoliberal”.

O projeto de sociabilidade neoliberal pauta-se em expressões que remetem a sentidos vagos e imprecisos em discursos que educam para a hegemonia burguesa contemporânea. O empreendedorismo coloca em seu discurso que as pessoas precisam estar dispostas a correr “riscos financeiros, psicológicos e sociais”.

No empreendedorismo, a ideia de risco fica limitada a uma visão do desenvolvimento de atividades econômicas e, por definição, toda atividade econômica está “assentada sobre um risco mais ou menos calculado e integrado em uma estratégia geral”. (BOST, 2007 p. 246). Nenhum ator econômico está livre de exposição ao risco, o qual assume aspectos diversos:

A incerteza constitui, portanto, o quinhão comum dos empreendedores, dos investidores e dos financistas, os quais devem permanentemente avaliar e antecipar as ameaças e as coerções externas, adaptar suas estruturas e seus procedimentos, vigiando de perto seus concorrentes diretos e indiretos a fim de não se afastar deles, por exemplo, no plano tecnológico. (BOST, 2007 p.247).

Por outro lado, o risco na atividade econômica também revela a expectativa de ganho que fundamentalmente o justifica. É uma visão positiva do risco comparada a um jogo, em que se pode perder ou ganhar, dependendo das escolhas individuais.

Considerações finais

A década de 1990 foi um período de elevado desemprego e informalidade, resultado da adoção de políticas econômicas neoliberais e que trouxe graves consequências para o mercado de trabalho brasileiro, mas que permitiu a criação de um ambiente favorável ao discurso do empreendedorismo. Diante das discussões sobre desemprego e informalidade no mercado de trabalho, a conversão de trabalhadores empobrecidos em empreendedores, foi apresentado como possibilidade de ajustamento à nova realidade de diminuição de empregos assalariados.

De acordo com Lima (2008), os resultados da análise revelaram que a defesa do empreendedorismo como alternativa aos “perdedores” da globalização mostra a intenção de propagar a mensagem que trabalhadores desempregados e informais são “desajustados que precisam se ajustar” e que “ganhadores” são empreendedores dispostos a “riscos financeiros, psicológicos e sociais”. Não é possível falar de riscos sem falar de vulnerabilidade, mas o empreendedorismo desconsidera as condições socioeconômicas como fatores de risco e ignora a condição de vulnerabilidade dos trabalhadores empobrecidos.

Conclui-se que a disseminação dos valores do empreendedorismo, que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso econômico, amplia o grau de vulnerabilidade que os trabalhadores empobrecidos já estão expostos e obscurece as alternativas concretas de mudanças estruturais que possam efetivamente beneficiar esses trabalhadores.

Cabe o desafio de enfrentar a proposta de educação e formação empreendedora a partir da formulação de alternativas econômicas concretas de caráter não capitalista, fundamentada nos princípios da economia solidária, propondo uma educação autogestionária e estabelecendo novas práticas educativas baseadas em valores solidários e de ajuda mútua. Apesar do tempo de pesquisa, acredita-se, pela existência de pontos não concordantes em sua abordagem, ser um tema de fronteira.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Globalização, Crescimento e Pobreza: relatório de pesquisa política do Banco Mundial**. São Paulo: Futura, 2002. 224 p.

BOST, F. Os riscos econômicos. In: VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 245-273.

CARRÃO A. M. R. **Empresas de pequeno porte, espírito empreendedor e auto-emprego**. In: DOWBOR, L. et. al. **Desafios do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 87-98.

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Editora de Cultura, 1999. 320 p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 300 p.

FILION, L. J. **Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 06-20, out/dez. 1999.

GAIGER, L. I. **Sobrevivência e Utopia:** Os projetos alternativos comunitários no RS. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KRUPPA, S. M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005. p. 21-30.

LIMA, A. L. de. **Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora.** Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2008.

MOTTA, F. C. P. **As empresas e a transmissão da ideologia.** Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 57-66, jul/set. 1984.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001. 182 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres. PNUD, 2004.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998. 140 p.